

Solução para a dívida poderá ser outra moratória

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — O Brasil poderá decretar nova moratória se não for encontrada uma solução satisfatória para o problema da dívida externa. A ameaça é do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que menos de seis meses depois de ter assinado um acordo de renegociação da dívida externa com os bancos credores, se mostra firmemente disposto a ir à luta para conseguir uma nova e mais profunda mudança nas condições de pagamento da dívida. Para atingir esse objetivo, Maílson admite usar recursos extremos, se for preciso, inclusive nova suspensão nos pagamentos da dívida. "A moratória é uma imposição dos fatos para qualquer país devedor", afirma ele, acrescentando: "O que foi ruim na moratória brasileira de 1987 foi ela não ter sido seguida por uma proposta de negociação".

O ponto de partida dessa tentativa de reviravolta no problema da dívida será o documento que o presidente José Sarney, em nome do Grupo dos Oito latino-americanos encaminhará até o final do mês aos governos dos países industrializados, expondo as propostas do continente para a solução da crise da dívida. "As pessoas sentem que alguma coisa tem de ser feita, é impossível continuar assim", diz Maílson, prometendo com firmeza: "O governo não hesitará em fazer alguma coisa, se for necessário", em relação à questão dos débitos externos.

Influência — O ministro da Fazenda não admite ter trocado de posição em relação à negociação da dívida, insistindo que "agora trata-se de uma nova e mais importante etapa da questão" — que ele chama de "terceira fase" da crise da dívida. Mas é indiscutível a mudança no tom e no conteúdo de seu discurso sobre o assunto, em que a postura conciliatória que predominou no ano passado foi substituída por uma forte determinação em conseguir resultados mais amplos e duradouros. A transformação do cenário internacional em favor dos países devedores parece ter influído decisivamente na posição mais enfática assumida pelo ministro. "A sensação é de que algo está vindo. As condições estão sendo encaminhadas para um passo mais ousado na questão da dívida externa.

O que não podemos dessa vez é ficar à margem do processo".

Maílson se esquia de entrar em detalhes sobre a proposta que será apresentada aos governos dos países ricos, alegando que o documento ainda não foi tornado público. Mas deixa claro que os países latino-americanos deverão endossar a proposta do presidente francês, François Mitterrand, de criação de uma agência internacional para reciclagem das dívidas do Terceiro Mundo. O que se pretende é reduzir substancialmente o estoque da dívida e restabelecer o fluxo de recursos externos para a região. A estratégia será concentrar as negociações junto aos governos dos países industrializados e não junto aos bancos credores, como vinha ocorrendo até agora: "A solução passa necessariamente pelos governos e não pelos bancos. Por que os bancos vão se dispor a perder dinheiro se tiver alguém que avalize ou compre o restante?", pergunta.

Sinais — Mesmo que as medidas para solução da crise da dívida não sejam aprovadas este ano, Maílson garante que o presidente José Sarney deverá entregar o governo com o problema devidamente equacionado. "Estamos achando que até o final do ano ou provavelmente neste semestre, os países ricos vão dar um claro sinal do que pretendem. Há sinais muito encorajadores por parte da nova administração americana. Nós estamos convencidos de que o assunto será novamente discutido na Reunião de Cúpula dos Sete, em Paris, no mês de julho. A França é que vai sediar esse encontro e o presidente Mitterrand tem aquela proposta de usar os recursos do FMI para a compra da dívida do Terceiro Mundo".

"Há uma percepção, cada vez mais clara, de que não dá para continuar como está. É por isso que se vê o Japão, a França, fazendo propostas. Você pode é não ter a solução concreta. Poderá levar um, dois, três anos. Mas certamente o sinal para onde irá a coisa, qual é a direção que isso vai tomar, certamente vamos ter neste ano. Como o tema é muito complicado, existe todo esse processo de negociação. Por isso, infelizmente será o novo governo que irá se beneficiar disso. Mas certamente o governo Sarney vai deixar o assunto encaminhado".

Imposição — Ao discutir a

estratégia do governo para a dívida neste final de mandato, Maílson situou a moratória como um "recurso normal", ao qual o país poderá recorrer novamente, se for preciso. Ele defendeu a suspensão dos pagamentos nos juros na dívida externa pública decretada no final de dezembro pela Venezuela, argumentando que o governo de Caracas "tem objetivos para isto". Revelou Maílson que ele havia conversado sobre o assunto com o ministro das Finanças da Venezuela, em dezembro, por ocasião da reunião dos ministros do Grupo dos Oito, no Rio de Janeiro. "Sabíamos que a Venezuela tomaria aquela decisão desde a reunião de dezembro".

— Se precisar o senhor usará recursos extremos assim?

— A moratória é uma imposição dos fatos para qualquer devedor. A moratória faz parte do dia-a-dia dos bancos. A moratória, a suspensão dos pagamentos, a impossibilidade de pagar está presente desde que surgiu o sistema bancário. É só olhar a história da Europa do Século XV para cá. Acabo de ler agora em minhas férias o livro *Ascensão e queda das grandes potências* e lá os autores mostram que o império espanhol chegou a um ponto em que suspendeu o pagamento dos juros da dívida. Porque chegou a um ponto, na Espanha, em que os juros eram maiores do que o orçamento deles. Há casos de suspensão de pagamentos de juros pela França, pela Espanha, pela Alemanha. Quer dizer, isso é normal — ensinou o ministro. E continuou:

— O Brasil já decretou oito moratórias. A moratória brasileira de 1987 foi também uma imposição dos fatos. Simplesmente não se podia pagar. O que foi de ruim na moratória brasileira foi que ela não foi seguida de uma proposta de negociação, como se deveria fazer numa moratória. Não surgiu a proposta de negociação mas uma proposta de confrontação, o que é uma grande diferença.

— Então, a moratória é um recurso do qual o Brasil não pode abdicar?

— Nunca... nunca... nunca... nunca! Quer dizer, nenhum país pode abdicar disso. Nenhum país pode ver as suas reservas irem embora. Isso é inaceitável, nenhum país faz isso.

Wilson Pedrosa — 10.08.88



Maílson: nenhum país pode ver as reservas esgotadas